

A FILOSOFIA MORAL DE ERIC WEIL, UMA LÓGICA DA FILOSOFIA MORAL?

Luís Aires Bernardo

O problema que iremos de seguida equacionar constitui uma introdução à *Filosofia Moral* de Weil porquanto nos permite antever as linhas gerais da reflexão weiliana sobre este tema, salientando a unidade da obra e visando, como ela, a integração da problemática da filosofia moral no horizonte do sistema da Filosofia. A questão é, por conseguinte, a de saber qual é a *essência* da filosofia moral de Eric Weil. Determinar a *essência* poderia significar, positivamente, encontrar o que a caracteriza em si mesma, o seu *quid*, ou, negativamente, aproximá-la e afastá-la de outras propostas, tarefa impossível de levar a cabo no âmbito deste artigo. Vamos, portanto, partir de um ponto intermédio que resulta de reflexões anteriores que ficarão supostas e formular a questão de um modo preciso que corresponda já a um encaminhamento determinado do problema. Por outras palavras, em vez de procurarmos esquadrihar todas as hipóteses, propomos que o problema seja compreendido à luz de uma delas que, julgamos, nos dará entrada imediata no seu cerne, a saber, se a *Filosofia Moral* é uma Lógica ou não. O advérbio de negação, aparentemente supérfluo, visa indicar que, escolasticamente, começaremos por apresentar os argumentos contra.

a) A filosofia moral é uma filosofia particular. Ora a *Lógica da filosofia* pressupõe a infinitude sem a qual não pode ser lógica mas tão só categoria/atitude determinada. Assim sendo, a filosofia moral carece da amplitude de enfoque para poder ser uma lógica.

b) Eric Weil escreve: "A lógica do discurso moral não é, (...), um jogo estéril, ao contrário: a coerência, dissemo-lo, é a condição primeira de todo o discurso filosófico, por mais *especial* que ele seja. Mas por mais que ela seja condição necessária, ela não se torna condição suficiente, e importa no mais alto grau mostrar como a exigência formal conduz ela própria a exigências de outra ordem"¹. À primeira vista, esta referência indicaria que não só a moral não é uma lógica, se bem que tenha de ter lógica como todo o discurso que se queira coerente, como é um campo privilegiado para superar o formalismo lógico.

c) Na senda da citação, Geneviève Even Granboulan escreveu: "A moral não saberá portanto ser confundida com uma lógica da acção, racionalizada, vazia e puramente formal, tendo renunciado a justificar os valores, manifestação de um entendimento puramente calculador, conduzindo na melhor das hipóteses, à técnica e ao trabalho. Analisar a concepção que tem Eric Weil do razoável

conduz-nos directamente à noção de sentido"². A noção de sentido, do foro do razoável que não do racional, abriria um novo campo de investigação e de reflexão, uma filosofia da história exigida pela moral realizada na política. Mas em qualquer um destes domínios a filosofia de Eric Weil conseguiria escapar ao formalismo que caracteriza a lógica.

A que lógica se está a referir a intérprete? Certamente que não à lógica, *organon* da coerência, pois esta não pode faltar, como Weil o mostrou na passagem referida na alínea b): qualquer pensamento que dela carecesse (o conjuntivo exprime a dúvida sobre essa possibilidade) seria incompreensível, isto é, não teria de antemão sentido. Não nos podemos, demais, esquecer que o sentido é uma categoria formal da filosofia como tanto insistiu Kirscher³. O que implica que opor sentido e forma só tem razão de ser se se conotar pejorativamente este último termo. A rejeição da forma é uma abstracção que toma por separado o que ela mesma apartou.

Demais, como não ver que Weil intitulou a sua obra maior, na qual a moral se explicita e para a qual, por isso mesmo tende, *Lógica da Filosofia*. O que exprime certamente que para Weil a lógica não significa primeiramente formalismo se com este termo se quiser nomear uma atitude que se atém à mera exigência do cumprimento das leis do discurso sem que daí decorra qualquer sentido ou significação determinadas, atitude temida numa perspectiva cartesiana que ainda pretende dar conta da exterioridade e que por isso mesmo confunde sentido com referência, crendo que só tem sentido o que tiver um referente⁴.

Se não é à lógica enquanto coerência, nem à lógica enquanto "compreensão do sentido do discurso humano total"⁵ que se refere a intérprete, que significado tem este termo no seu comentário? Se atentarmos nas expressões – lógica de acção, entendimento calculador, técnica, trabalho – damo-nos conta que com a palavra lógica ela se está a referir ao que o tempo se encarregou de fixar (erroneamente, aliás) como a moral maquiavélica. Moral hipotética, interessada apenas nos meios independentemente do valor dos fins que estes visam atingir e, por isso mesmo, incapaz de se justificar enquanto opção, uma vez que abarca uma determinada combinação de possibilidades que se admite como única.

Se seguíssemos nesta linha interpretativa, não seria a oposição lógica/sentido que seria fundamental mas antes a de poder/sentido, se se aceitar que o poder subsiste independentemente do dever e da determinação de um sentido para a acção. Assim a filosofia moral de Weil escaparia a esta imoralidade de alguns projectos morais justificando-se a si mesma no percurso e nas opções efectuadas, isto é, expondo o seu sentido. Poder-se-ia ainda converter este binómio, numa perspectiva *psicológica*, na oposição entendimento/razão, segundo a qual o primeiro se apresenta incapaz de optar pelos fins que só a segunda lhe pode propor. Desta feita, *grosso modo*, ao entendimento caberia a

determinação dos meios e à Razão a determinação dos fins. A filosofia moral de Weil não seria uma filosofia do entendimento mas antes uma filosofia da Razão que, claro está, implica a acção do entendimento.

Não estaríamos, aliás, a trair o pensamento de Weil se o compreendessemos em traços largos à luz desta oposição⁶. Contudo, a nossa reflexão visava algo de diferente, a saber, a tentativa de fundamentar a afirmação de que a *Filosofia Moral* era uma lógica. O que supúnhamos inicialmente um argumento contra esta tese, oriundo de uma leitora da obra de Weil, revelou-se como pertencente a uma outra esfera de reflexão que por conseguinte não afecta a proposta. A utilização ambígua do termo lógica esteve na origem desta confusão a qual uma vez esclarecida perdeu a sua relevância.

No entanto, não foi inútil uma tal "desmontagem" pois ela permitiu-nos uma aproximação maior ao sentido que o termo lógica assume na nossa tese. Ficámos conscientes de que por lógica não queremos significar instrumento, seja ele um meio ao serviço do pensamento ou ao serviço da acção. É precisamente esta identificação da lógica como exterior ao conteúdo do pensamento, como legalidade formal e, por isso mesmo, aplicável tanto à verdade como ao erro, que a torna incapaz de ser critério suficiente de veracidade, que está na origem de tantas críticas que lhe foram dirigidas. É que ela pressupõe que o pensamento se pode cindir numa plena alteridade, estando o pensar sujeito a regras e leis que lhe são exteriores, que dele não decorrem mas antes a ele se aplicam precisamente porque são vistas como um outro.

Cerquemos o problema de mais perto graças à reflexão sobre a segunda objecção que vem do próprio Weil. A problemática que ela exprime é semelhante, que não idêntica, à anteriormente exposta. A lógica é aí identificada com a exigência de coerência. Sobre esta exigência é-nos dito que, não sendo um jogo estéril, ou seja, que a sua existência não é indiferente, trata-se de um primeiro nível mas que tem de ser complementado. Desta insuficiência da coerência, isto é, da organização do discurso em torno de categorias determinadas já Weil tinha dado conta na *Lógica da Filosofia*: "Neste sentido, todo o sistema é verdadeiro e sempre verdadeiro, porque uma coerência foi atingida nele – *sempre verdadeiro* ao ponto que, em qualquer momento da história que segue a elaboração desse sistema, o indivíduo pode contentar-se com esta coerência, pode nela se estabelecer e pode retomar sob esta categoria tudo o que encontra no seu mundo que, de facto (quer dizer, do ponto de vista da lógica da filosofia, e já daquele da simples atitude de interpretação), é formado por uma categoria ou por categorias posteriores à que este homem escolheu. E ela é sempre ultrapassada, porque a sua categoria, uma vez revelada surge (...) como uma condição, como um *outro* do homem que se revolta contra o que lhe é apresentado como válido uma vez por todas"⁷. A coerência pela qual as partes do discurso se ordenam a partir do seu centro, implica uma lógica mas não é

ainda a Lógica. Não se trata já da aplicação de um conjunto de preceitos instrumentais mas de um desdobramento do discurso em si mesmo, de tal modo que nele se verifique a unidade e a coesão que formam qualquer totalidade. A sua ausência impediria que se falasse de discurso pois o que se nos depararia seria um amontoado de palavras sem relação aparente entre si. Mas, se assim é, não se avançou um passo. Caímos tão só numa tautologia: ao procurarmos compreender a coerência fomos conduzidos ao discurso que nos reconduz à coerência⁸. A coerência é, portanto, uma determinação formal do discurso não deste ou daquele discurso mas de todo e qualquer discurso, a qual, em virtude da sua generalidade, não é suficiente para caracterizar um discurso particular. A não ser negativamente, quando a categoria que constitui o seu centro, é superada e os limites da sua suposta fraqueza o permitem caracterizar. Por conseguinte, dizer que a *Filosofia Moral* tem lógica nada mais exprime que a sua discursividade que é o mesmo que dizer a sua inteligibilidade. Mas a estrita formalidade desta inteligibilidade revela-a bem, como salientou Weil, a categoria da *Inteligência* ao fazer equivaler todos os sistemas inteligíveis⁹. Por si a coerência só pode fornecer uma inteligibilidade parcial no duplo sentido de intrinsecamente limitada e extrinsecamente finita.

Mais uma vez chegámos a uma determinação negativa. Sabemos que a pergunta sobre a *essência* da *Filosofia Moral* não consiste na pergunta sobre a lógica da moral enquanto esta é entendida como um atributo formal, se bem que intrínseco ao discurso. Sabemos, sempre o soubéramos, que a esfera do ser e do *ter* não coincidem, que o ser representa um excesso em relação ao *ter*, excesso esse que abre um novo horizonte não antecipado pelo cálculo do *ter*. Que a *Filosofia Moral* tenha lógica não implica que ela seja *uma* lógica (qualquer que seja o sentido que se dê a este termo). Mas se a coerência se mostrou insuficiente para resolver a nossa questão, a sua insuficiência, em contrapartida, abre-nos o caminho para a sua resolução. A que excesso conduz a exigência da coerência? Devemos encarar a questão de três pontos de vista complementares.

1) A coerência deve sê-lo de alguma coisa, de um discurso que não seja mero jogo mas que pretenda exprimir um sentido. A forma deve informar um conteúdo que por sua vez a determine. Por isso, a filosofia moral não se deve limitar a ser uma "lógica da moral" no sentido em que esta consistiria num discurso universal que se esquecesse dos interesses e das preocupações concretas do indivíduo. Um discurso deste tipo deixaria o indivíduo incapaz de se decidir e de optar pois, apresentando-lhe todos os possíveis ele próprio não tomaria posição. Ora "apesar de tudo, e a fim de se ir ao fundo, porque é que se quer que o indivíduo prefira, num domínio qualquer e particularmente no da acção, o que é logicamente satisfatório ao que não é?"¹⁰ De nada serviria elaborar uma filosofia moral que se alheasse da sua historicidade, que não correspondesse à "crise" da época.

Quer isto dizer que a filosofia moral deve conduzir a um sistema de regras de conduta, isto é, deve propor uma moral filosófica que aspire a substituir a moral histórica, concreta, vigente? Cairá a filosofia moral de Weil no erro do jusnaturalismo racionalista? A resposta é, claramente, não. Do ponto de vista da moral uma tal atitude redundaria num artificialismo: todo o sistema apriorístico, imposto necessariamente por processos opressivos, encontra, na própria constituição de uma comunidade, barreiras que ora o distorcem ora o inviabilizam. A pretensa eternidade das "leis" morais propostas pela reflexão filosófica não consegue fazer frente à plasticidade das leis consuetudinárias. Entre dois sistemas que são aos olhos dos seus cultores coerentes não há opção racional possível: porquê escolher um outro se aquele que vigora dá resposta às questões que os indivíduos colocam, e a sua irredutibilidade só seria superada pela violência? "Uma verdadeira refutação, uma refutação que convenceria o adversário, pressupõe regras e princípios comuns, reconhecidos como fundamentos indiscutíveis de toda a decisão: era necessário estar de acordo sobre os princípios para poder chegar a um acordo sobre a moral – e só este último acordo poderia garantir o primeiro"¹¹.

O mesmo é dizer que a moral não é construção, artefacto da razão, que a sua essência comunga do racional e do irracional, do eterno e do histórico, numa palavra, que a moral devém. Como o devir, por o ser e não simples movimento, tem um sentido, (pressupor a ausência de sentido da história seria inviabilizar toda a compreensão do mundo do homem) importa, antes de mais, apreendê-lo.

O papel da reflexão filosófica sobre a moral é, por conseguinte, o de conduzir o discurso moral, a moral filosófica à auto-consciência das suas categorias e do que nelas está implicado: "... a sua primeira tarefa será determinar o que constitui uma moral aos olhos da moral"¹². Jogando com os termos, o fim da *Filosofia Moral* não é fazer coincidir a filosofia moral com uma moral filosófica mas a moral filosófica com a filosofia moral, não obstante a dialéctica entre moral concreta, moral filosófica e filosofia moral¹³. O que, essencialmente, nada mais diz senão que a *Filosofia Moral* partilha das duas características apresentadas por Kirscher em relação à *Lógica da Filosofia*: sistematicidade e abertura¹⁴. A *Filosofia Moral* é uma obra sistemática que pretende abarcar a totalidade do problema moral e, contudo, aberta, não só porque não contém em si mesma a plena intelecção do seu fundamento mas ainda por assumir o problema enquanto tal, sabendo que uma filosofia que o pretendesse solucionar definitivamente constituiria a sua própria negação. Não havendo questão não há lugar para o discurso e, portanto, assistir-se-á ao fim da filosofia.

Refaçamos o percurso: ao tentarmos explicitar a insuficiência de uma filosofia moral que se limitasse a procurar a coerência, estabelecemos a necessidade de um conteúdo, conteúdo esse que não era um sistema de leis, mas

um sistema de problemas. A filosofia moral não se deve ater apenas às exigências formais do discurso mas dar conta da insatisfação essencial do homem moral, do homem que procura viver uma vida moral e desdobrá-la nas suas múltiplas facetas. Todavia ao fazê-lo ela não abandona o plano do discurso: só se pode aceder à compreensão de uma tal insatisfação porque o homem que a sente a exprimiu, porque procurou compreendê-la e transmiti-la através de palavras, isto é, porque procurou transcender o seu sentimento na discursividade da razão. A filosofia não só é discurso mas discurso sobre o discurso, pois o que eventualmente possa sair da alçada deste não tem sentido. Mesmo a violência, o outro absoluto da filosofia, possui um discurso, se bem que a maior parte das vezes implícito, oferecendo à filosofia, por isso mesmo, um "calcanhar de Aquiles".

Reforçando: não se deve, de modo algum, supor que a crítica a uma filosofia moral formalista seja uma crítica a uma filosofia dialéctica, crítica essa que apontasse para a existência de uma realidade para além do discurso, da qual se devesse dar conta, de um ser cuja única abordagem seja o silêncio de escuta ou o vazio interior, de um existente impenetrável e irreduzível. A afirmação primeira e fundamental da filosofia de Eric Weil é a da opção pelo discurso. "A filosofia é discurso total, totalidade discursiva, desenvolvimento articulado da vontade de compreender e de compreender o compreender. O sistema diz o todo da realidade enquanto ele se mostra ao discurso e no discurso. Ele aponta para a dicibilidade mesma da realidade, para o ponto onde discurso e realidade são um e o mesmo e a partir do qual eles se articulam graças à distinção da realidade e do discurso"¹⁵. O que corrobora que não há filosofia que não seja um discurso sobre o discurso mesmo quando supõe ser um discurso sobre algo de diverso.

Aplicando à *Filosofia Moral* o anteriormente exposto, somos levados a concluir que a filosofia moral, enquanto filosofia, é um discurso sobre os discursos morais (o plural indica a diversidade de discursos que constituem a história da moral), discurso cuja forma é antes de mais a coerência mas que a esta não se reduz. A análise desta permitiu-nos gradualmente aproximar a *Filosofia Moral*, da *Lógica da Filosofia* graças à dialéctica da exposição: a forma (coerência) remeterá-nos para o conteúdo e este por sua vez exigirá uma forma. Tal como a *Lógica da Filosofia* a *Filosofia Moral* é um discurso sistemático e aberto sobre discursos.

2) Ao compreendermos a onnipresença da linguagem, passámos para um nível diverso daqueles em que a filosofia moral tradicional se houvera comprazido: a obra de Eric Weil não é apenas um discurso moral nem um discurso sobre a moral, sendo-o também, mas é fundamentalmente um discurso sobre os vários discursos que formalizaram o problema da moral. O mesmo é dizer que, tal como na *Lógica da Filosofia* se afirmava a coincidência da História e da Filosofia, a qual conduzia à necessidade do discurso filosófico se

compreender numa dialéctica da alteridade – no duplo sentido do outro da filosofia, a violência, e dos outros discursos que antecederam e prepararam o de Weil – reveladora da presença do sentido, assim também a *Filosofia Moral* deve instaurar uma tal dialéctica cuja ausência significaria a inexistência da categoria do *Sentido*, isto é, deve também constituir-se como uma lógica. Não lógica enquanto esta significa o respeito pelo princípio da não-contradição mas *Lógica* enquanto aplicação da categoria do sentido aos discursos produzidos pelo homem. "Não há assim nada de surpreendente no facto de ser a teoria do discurso enquanto tal que se apresente como o fundamento da teoria moral,..."¹⁶.

Esta identidade categorial pode ser ainda levada mais longe. Não é só a categoria formal do discurso filosófico – o *Sentido* – que estabelece um enfoque paritário. De igual modo, idêntica é a categoria material, "a última à qual o homem tenha chegado..."¹⁷ – a *Acção*. A *Filosofia Moral*, tal como a *Filosofia Política*, revela que o conteúdo último do seu discurso está organizado em torno desta categoria, sendo, existencialmente, uma concretização da necessidade do discurso da *Acção* se fundamentar num discurso filosófico. A necessidade de concretizar uma *Filosofia Moral* e uma *Filosofia Política* decorre, por conseguinte, da necessidade de dar um conteúdo filosófico à categoria da *Acção*, isto é, de realizar a difícil síntese entre um discurso da *Acção* e um discurso sobre a *Acção*. O discurso moral – tal como o político – visa antes de mais afirmar-se como discurso que tem como fim o mesmo da *Acção*, isto é, de realizar a unidade entre discurso e situação, entre teoria e prática mas – ao invés da política – no que respeita ao indivíduo enquanto tal. Por outras palavras, a *Filosofia Moral* visa patentear a possibilidade de coincidência da história e da filosofia no plano da *Acção*, ou seja, mostrar como é possível a *Acção* que instaure um mundo com *Sentido* no qual se possa alcançar a *Sabedoria*. Por isso podemos afirmar que a *Filosofia Moral* em última instância, diz o mesmo que a *Lógica da Filosofia* e não diz. Di-lo enquanto é um desdobramento do discurso da *Acção*, uma sua concretização. Não o diz, não sendo mera repetição, pois a *Acção* dela carece para ser mais que um discurso. A *Filosofia Moral* conduz o indivíduo à necessidade da *acção* e por isso mesmo constitui tal como a *Lógica da Filosofia*, só que subjectivamente, uma introdução à *Acção*.

Devemos agora confrontar-nos com uma objecção ao facto de fundarmos o conteúdo da *Filosofia Moral* e da *Filosofia política* na mesma categoria. Neste âmbito escreve Kirscher: "A *Filosofia Moral* e a *Filosofia Política* elas próprias não são exteriores à *Lógica da Filosofia* à qual conduzem e na qual se compreendem: o seu discurso está fundado sobre categorias filosóficas – a consciência e a *acção* – tematizadas no seio do sistema"¹⁸. Kirscher parece explicitamente apoiado por Eric Weil quando este afirma: "Assim não é surpreendente que a categoria fundamental da moral não surja sob o mesmo título à moral e à filosofia. Para esta ela é Consciência, para aquela, ela é dever,

quer dizer, o que, para a consciência que não se ultrapassa e não se compreende como uma das categorias filosóficas (consciência como atitude) estrutura o conteúdo que ela considera como o seu tema autêntico,..."¹⁹.

Kirscher afirma que o discurso da filosofia moral está fundado na categoria da consciência, Weil considera-a a categoria fundamental da moral. A diferença parece-nos bastante explícita. Aliás, é o próprio Weil que a acentua ao mostrar que a *Consciência* foi ultrapassada e que, por conseguinte, concluímos nós, o seu discurso também. Ultrapassagem que não significa abandono mas, antes, necessidade de ir para além de. Sendo a *Consciência* a categoria fundamental da moral não o é contudo da filosofia moral, o que não implica que a filosofia moral não a integre. Poderia ser de outro modo quando o discurso da *Consciência* dá conta da Filosofia kantiana inicial, superada pelo próprio Kant²⁰, sendo, desta feita, uma etapa na *Lógica da Filosofia*? Ou bem aceitamos que a filosofia de Weil encontra o seu conteúdo na categoria da *Acção* que é a última não formal a que o discurso filosófico chegou ou bem consideramos que maugrado a sequência das várias categorias/attitudes a sua irredutibilidade pode ser iludida, o que constitui uma flagrante contradição com a perspectiva de Weil. Parece-nos mais correcto conceber as várias categorias que sucedem a *Consciência* como um preenchimento e conseqüente modificação desta de modo que é na *Acção* que a *Consciência* encontra o seu fim e o seu conteúdo últimos. O que implica uma alteração na utilização do termo fundamento. A filosofia moral não está fundada na *Consciência* se por fundada se entende que a *Filosofia Moral* encontra na *Consciência* o sentido último do seu discurso. Em contrapartida, se por fundado se entender que a *Filosofia Moral* tem na categoria da *Consciência* o seu ponto de partida – que como todos os pontos de partida exige a sua superação – então terá sentido afirmar que a *Consciência* é a categoria fundamental da *Filosofia Moral*. Contudo, uma tal utilização seria ambígua, o que requiere particular atenção à terminologia.

Note-se que a este respeito, a analogia entre o percurso efectuado na *Lógica da Filosofia* e aquele levado a cabo na *Filosofia Moral* é manifesta. Tal como na primeira a *Consciência* é progressivamente superada só encontrando a completude na *Acção*, assim também, na segunda, a moral da *Consciência* é gradualmente ultrapassada por um enriquecimento do seu conteúdo, só encontrando o seu fim numa moral da *Acção* que tende interiormente para a política.

Mas se assim é, cada parte da *Filosofia Moral* deve ser encarada como um momento, uma etapa do percurso total havendo uma efectiva progressão à medida que se avança na leitura²¹. Para uma interpretação da obra esta indicação é da máxima importância uma vez que ela nos obriga a uma leitura crítica e selectiva que permita distinguir o que é de Weil e o que respeita a discursos outros. A primeira parte – *o conceito de moral* – é uma análise formalista; a segunda *o conteúdo da moral* – expõe as categorias que preenchem a forma; a

terceira – *a vida moral* – opera uma dupla síntese: entre a forma e o conteúdo, entre a intenção e a acção. Síntese que não é uma mera justaposição mas revela um novo conceito (conteúdo/forma): a vida. Trata-se, portanto, de um discurso dialéctico, para o qual cada momento traz consigo simultaneamente a necessidade de ser superado, o que permite a dedução do momento seguinte a partir do momento anterior, e a exigência voluntarista dessa superação. Dialéctica na qual se opera uma dupla negação de modo a atingir uma positividade superior que não é apenas o positivo de um negativo mas um positivo de um positivo. Dupla negação que é exigida não só pela insuficiência inerente às posições expostas como também, e sobretudo, pela insatisfação existencial que uma tal insuficiência provoca²². A negatividade é, por conseguinte, a expressão, ao mesmo tempo, de uma insatisfação e do modo de a superar, uma vez que nela se mostra à filosofia a presença da liberdade. Ora, a liberdade revela a presença do infinito no seio do discurso e da acção finitos do indivíduo, isto é, a impossibilidade de se encerrar a actividade do homem num discurso filosófico estático. A filosofia moral não é dialéctica por uma opção metodológica mas porque o seu objecto é dinâmico exigindo ele próprio a abertura do discurso. Por isso, o discurso da filosofia moral tem de se situar num domínio intermédio entre o possível e o real, exprimindo o dinamismo biunívoco operado entre os dois aspectos. Ora, as duas primeiras partes apresentam um discurso que, não obstante o seu valor, é fechado e, por isso mesmo, insuficiente porque não abarca a totalidade dos aspectos. Ambas as partes tratam a moral como um objecto exterior ao discurso da filosofia moral, como um outro, o que as leva à aceitação de oposições aparentemente insolúveis: entre a intenção e a acção, entre o discurso e a vida, entre o particular e o universal, entre o indivíduo e a moral concreta comunitária, etc. Contudo, tal como na *Lógica da Filosofia* todos os momentos são essenciais, aqui também o percurso, não podemos dizer é tão importante quanto as conclusões, porque isso ainda implicaria uma distanciação abusiva, é o todo. O que significa que, hermeneuticamente, devemos fazer uma dupla leitura: do início até ao fim e do fim para o início: leitura retrospectiva que recupere as abstrações anteriores numa síntese razoável.

Tornam-se, portanto, insatisfatórios quaisquer epítetos atribuídos à filosofia moral de Weil. Considerá-la um racionalismo seria olvidar o vitalismo expresso na terceira parte, supô-la formalista fazendo deste modo equivaler "formal" e "pura" seria esquecer o conteúdo proposto na segunda parte bem como a importância dada à espontaneidade na terceira. Além disso devemos ter presente que a moral parte do e visa informar o sentimento, que a racionalidade se conquista propriamente porque o homem antes de ser Razão é sentimento. Mais prudente, em termos hermenêuticos, será evitar este sistema de classificação que, ele sim formalista, deixa escapar, por excesso de indeterminação, o essencial da proposta de um autor. Se, como vimos, a filosofia de Weil aspira à

totalidade sistemática, então ela é racionalista e vitalista e formalista e realista, etc., porquanto cada uma destas expressões reflecte um aspecto parcial da compreensão e do discurso sobre a realidade e não a realidade propriamente dita.

Superámos o equívoco inicial que consistia em considerar a lógica do discurso como uma simples não-contradição revelando o outro significado que lógica tem na filosofia de Weil: a lógica como "sistema do sentido"²³. O que a *Filosofia Moral* procura esclarecer é essencialmente o sentido de alguma vez se ter falado sobre a moral, do advento da moral no discurso. E se ela não pode aspirar a ser sistema total, pode, todavia, ter a pretensão de ser sistema parcial, parcialidade que significa tão só, como já referimos, a sua incrustação na *Lógica da Filosofia*.

Circularidade e abertura, eis, portanto, os dois sentidos complementares do percurso efectuado. Circularidade que resulta da coerência intrínseca ao discurso moral, abertura que nega a auto-suficiência limitadora. O discurso da *Filosofia Moral* não é um discurso fechado, acabado, do qual nada mais se pudesse concluir que ele mesmo. Pelo contrário, ele abre-se, duplamente, ao discurso total e ao discurso da política. Contudo esta abertura reflecte antes de mais a sua parcialidade da categoria concreta que a sustenta – a *Acção* – para aceder à visão totalizadora.

Um tal carácter parcial leva à suspeita sobre a existência de condições que possibilitem à *Filosofia Moral* constituir-se como uma lógica. Poderá uma parte do todo aceder à visão totalizadora? Ser-lhe-á possível a distanciação exigida pela categoria do sentido? Como poderá ele transpor o limiar? Estas dúvidas parecem directamente fundamentadas pelo próprio Weil quando escreve: "A moral, seja em que sentido for, considera o homem sob um único aspecto, o de ser agente,..."²⁴. Esta afirmação, já no capítulo final da obra, indicaria que o discurso moral, enquanto tal, não poderia ultrapassar os limites do seu enunciado e que toda a tentativa de levantar o problema do sentido do seu sentido não caberia no seu âmbito.

3) Todavia, se é verdade que a *Filosofia Moral* não constitui o discurso total e, por conseguinte, não é plenamente capaz de se compreender, não o é menos que ela reconhece a necessidade de encontrar o seu sentido. E, porque a *Filosofia Moral* gera em si a necessidade deste reconhecimento, porque nela surge a vontade da coerência, da universalidade, da procura da razão que justifica e dá sentido à acção, no final, isto é, após ter percorrido as etapas do seu discurso particular, ela assume o seu carácter de teoria. Se assim não fosse, se a *Filosofia Moral* não fosse "a via ascendente para o homem que se quer elevar em direcção à universalidade..."²⁵, se a *Filosofia Moral* não se assumisse como Filosofia, seria impossível deduzir a partir do seu discurso a sua abertura ao sistema. Desta feita, poder-se-á afirmar sobre a *Filosofia Moral* o que

Kirscher escreveu sobre a *Lógica da Filosofia*: "A Filosofia reencontra no fim do percurso o acto que a institui"²⁶. Importa, por conseguinte, explicitar os termos deste reencontro, deste reconhecimento, tal como ele acontece na *Filosofia Moral*.

As dúvidas anteriores, contudo, não foram plenamente esclarecidas. Mais, contornámos, sem as enfrentarmos, as explícitas afirmações de Weil sobre a inexistência deste reconhecimento²⁷. Ora, se atentarmos nas expressões, veremos que Weil se refere ao "discurso moral" não à "filosofia moral". Eis aqui, para nós, a diferença crucial que constitui a chave para a desconstrução do problema²⁸. É que se o discurso moral, enquanto tal, pode estar inconsciente do seu fundamento teórico, já o mesmo se não pode afirmar sobre a filosofia moral. Esta consegue desenrolar os discursos que a constituem concretamente porque se situa num ponto de vista diverso daquele que estabelece o discurso moral, porque, enquanto filosofia, enfoca os discursos morais a partir da categoria do *Sentido*.

Esta diversa atitude estabelece-a o próprio Weil ao apresentar, na *Filosofia Moral*, três níveis gradativos da reflexão²⁹: no primeiro, a reflexão moral baseia-se na sua oposição às morais concretas, como o universal ao particular; no segundo, a reflexão moral deixa de pôr questões morais para se interrogar sobre a moral. Sendo uma reflexão de 2º grau, permanece contudo distanciada do seu objecto: é reflexão sobre os aspectos comuns às várias morais das quais se distingue enquanto reflexão; no terceiro, a reflexão moral, agora verdadeiramente filosofia moral, procura compreender os seus próprios pressupostos, isto é, procura compreender os dois conceitos que a formam (Filosofia e Moral) na unidade de uma mesma totalidade sistemática. A diferença entre o segundo e o terceiro nível pode ser perspectivada a partir de um outro ponto de vista, mais genérico, que constitui, uma série de dualidades complementares do pensamento Weiliano é que poderemos esquematizar do seguinte modo:

Entendimento		Razão
Universal formal		Universal concreto
Compreensão científica	↔	Compreensão filosófica
Reflexão de 2º grau		Reflexão de 3º grau

Assim o segundo nível de reflexão moral corresponderia a uma perspectiva a partir do entendimento, por conseguinte insuficiente, que é fornecida pelas ciências humanas (sociologia, psicologia, história, etc.). Só o terceiro nível, porque panorâmico, englobando o primeiro e o segundo mas transmutando-os graças à conversão que a filosofia exige, alça a *Filosofia Moral* à altura de uma *Lógica* a qual justifica e a forma e o conteúdo e a própria intencionalidade que orienta todo o filosofar.

Fomos, no final, reconduzidos à questão inicial sobre o carácter lógico da *Filosofia Moral*: é que aí se joga a coerência de reflectir em todas elas o mesmo

acto, a mesma opção fundadora. Deste modo a *Filosofia Moral* estabelece o sentido da sua abertura na sua particularidade, não já apenas de uma maneira negativa, como insuficiência e incapacidade, mas de um modo positivo, como assumpção do projecto que é a Filosofia. "É portanto na filosofia sistemática que se completa a reflexão moral, e na presença que, na filosofia, está à mão do homem"³⁰. A abertura da filosofia moral não é abertura a um outro totalmente alheio à reflexão, isto é, à própria filosofia, mas é abertura a si mesma enquanto proposta de aprofundamento do problema do sentido. Não há, assim, lugar para o salto no incondicionado³¹, para a alteridade total, mas tudo se passa no intermédio da mediação, porquanto, como escreveu Labarrière, "a lógica é realidade de mediação"³².

Revela-se, portanto, o movimento que orienta a *Filosofia Moral*: da particularidade para a totalidade, de tal modo que esta última, porque produzida pela primeira, não a negue mas, antes, a esclareça. Não é este, aliás, o movimento que perpassa a *Lógica da Filosofia*? Ambas exigem para a sua auto-compreensão que o ponto de chegada recupere, em virtude de um excesso de sentido, o ponto de partida; são as mesmas "dualidades" paradoxais que accionam a reflexão moral e a reflexão total. O seu carácter paradoxal não justifica qualquer immobilismo irresoluto ou qualquer tentativa de favorecer um dos aspectos. Pelo contrário, é ele que permite a inesgotabilidade do filosofar.

A situação da filosofia moral é paradoxal porque nela se torna plenamente visível o paradoxo essencial do homem, o qual está expresso na definição clássica tal como é interpretada por Weil: o homem é o que ainda não é, possibilidade de transformação, finitude que quer ser infinita, entre a violência e a esperança de liberdade. Compreendemos, agora, a afirmação de que a *Filosofia Moral* é, subjectivamente, o caminho para a Filosofia³³: é que ela revela simultaneamente ao homem a sua humanidade, a de um ser razoável ainda não Razão, e apresentando-lhe os seus limites, torna manifestos os seus próprios. Acedendo à discursividade, a finitude é ultrapassada, não no sentido de ignorada ou reduzida – "A finitude é irreductível..."³⁴ – mas pela transmutação operada pela universalidade do discurso.

Esta irrupção do sentido no seio da acção não é artificial, antes decorre da própria dinâmica da vida moral. Enquanto vida de acção a vida moral reflecte a finitude: o homem age porque não é feliz, porque quer sê-lo, porque procura um sentido para os seus actos. É, precisamente, esta dualidade que a *Filosofia Moral* procura compreender. Mas, a sua investigação acaba por se deparar com o seu *telos*: "É preciso agir razoavelmente, mas é razoável agir para não se ter mais de agir..."³⁵ A vida moral é, assim, vida activa que quer aceder à felicidade da presença, mas que sabe a sua inadequação ao fim que se propõe atingir. Esta inadequação atravessa o próprio discurso moral, discurso sobre a acção cuja existência constitui a negação (que não a redução) da própria acção. Não

podemos deixar de agir (a partir do momento em que optamos contra a violência), não podemos deixar de ser morais e políticos mas, de igual modo, procuramos o sentido da acção para lá da própria acção, isto é, para lá da moral e da política.

A *Filosofia Moral* aponta, assim, para a unidade do que tradicionalmente se pretendeu apartado, a saber, a *práxis* e a *theoria*. O homem compreendido pela Filosofia é, então, simultaneamente, o homem activo e o homem da presença: só a visão total do todo o pode satisfazer mas esta só lhe é acessível através da acção. Isso mesmo está expresso no desdobramento do paradoxo antropológico no paradoxo temporal: a unidade visada é-o na história, na trama fiada pela acção, de tal modo que a sabedoria, mais do que algo que se alcança, é algo que decorre. A possibilidade da unidade proposta por Weil assenta no seu carácter de tensão, não na anulação de um dos aspectos: a vida activa tende para a felicidade da presença.

Mas se a *Filosofia Moral* revela formalmente esta tensão ela não consegue plenamente compreendê-la: discurso sobre o discurso moral, carece da possibilidade de ser discurso sobre a totalidade dos discursos. Há nela um excesso de sentido por explicitar, que é simultaneamente indigência e pregnância, reflexão e projecção, vontade de uma verdade que ela abre e vislumbra mas que, por si só, não saberia desdobrar.

NOTAS

- 1 WEIL E., *Philosophie Morale*, Paris, Vrin, 1961, p. 8 = P.M.
- 2 EVEN-GRANBOULAN G., "Logique et morale" in *Actualité d'Eric Weil*, Paris, Beauschesne, 1982, p. 191.
- 3 Na sua polémica com alguns intérpretes italianos que consideram a categoria do sentido e a da sabedoria como dotados de um "conteúdo material" Kirscher defendeu sempre, a nosso ver com justeza, o carácter formal destas categorias. A categoria do sentido é segundo ele, "formal, vazia" e integrando-a no conjunto da *Logique de la Philosophie*, escreve: "La Logique de la Philosophie est la philosophie de l'action qui pose la question de son propre sens et du sens de toute catégorie concrète - du fini, de l'oeuvre, de l'absolu, etc. - jusqu'à la question elle-même fondamentale du sens de la vérité. Le caractère formel de la nouvelle catégorie est donc essentiel et correspond à sa fonction systématique dans la Logique de la Philosophie". KIRSCHER G., *La Philosophie d'Eric Weil*, Paris, P.U.F., p. 354 = P.E.W.
- 4 Cf. RICOEUR P., - *Teoria da Interpretação*, trad. Artur Mourão, Lisboa, Ed. 70, 1987, p. 31.
- 5 Cf. "Philosophie et Réalité" in WEIL E., *Philosophie et Réalité, Derniers essais et conférences*, Paris, Beauschesne, 1982, p. 23 = P.R.
- 6 Cf. P.R., p. 115, na qual a expressão "mundo do entendimento" correspondem a "universalidade formal", a "educação formal do entendimento e do trabalho". O que não exclui, claro está, a importância e a indispensabilidade de um tal mundo.
- 7 Weil E., *Logique de la Philosophie*, Paris, Vrin, 1950, p. 84 = L.P.
- 8 L.P., Paris, Vrin, 1950, p. 84.
- 9 Cf. *Idem*, p. 263 e ss.

- 10 *P.M.*, p. 8.
- 11 *P.M.*, p. 24-25.
- 12 *Idem*, p. 83.
- 13 Cf. KIRSCHER G., *P.E.N.*, p. 84.
- 14 "Il discorso filosofico di Eric Weil è sistematico e insieme aperto. Esso pensa la propria sistematicità e la propria apertura pensando la connessione di libertà e ragione, connessione sempre in corso e in corso soltanto perché l'uomo che filosofa resta irriducibilmente finito, anche quando si comprende nel discorso finito". KIRSCHER G., "Sistematicità e apertura del discorso filosofico" in *Eric Weil*, Urbino, Edizioni Quattroventi, 1989, p. 135.
- 15 KIRSCHER G., "Dualités irréductibles...", in *Cahiers Eric Weil*, I, Lille, Presses de l'Université de Lille III, 1987, p. 33.
- 16 *P.M.*, p. 171.
- 17 *L.P.*, p. 409.
- 18 KIRSCHER G., *P.E.W.*, p. 8.
- 19 *P.M.*, p. 86.
- 20 Cf. *L.P.*, p. 235.
- 21 Cf. NAERT E., "La pensée antique du bonheur dans la *Philosophie Morale*, d'Eric Weil" in *Eric Weil et la Pensée Antique*, Lille, Université de Lille III, 1988, p. 162.
- 22 "In and through negativity we endeavor to comprehend philosophy as human action, i.e., man's struggle to realize himself, to transcend being, to find meaning and purpose for life, to break through to the universal, to realize moral discourse in that universality which makes it coherent and reasonable". KLUBACK W., *Eric Weil, a fresh look at philosophy*, London/New York, University Press of America, 1987, pp. 23-24.
- 23 KIRSCHER G., "Dualités irréductibles...", p. 34.
- 24 *P.M.*, p. 209.
- 25 *P.M.*, p. 219.
- 26 KIRSCHER G., *op. cit.*, p. 390.
- 27 "(...) le discours moral ne se comprend pas en lui-même comme théorie..." *P.M.*, p. 214.
- 28 Cf. *Idem*, p. 221.
- 29 Cf. *P.M.*, pp. 14-15.
- 30 *P.M.*, p. 221.
- 31 *Idem*, *Ibidem*.
- 32 LABARRIERE P.J., *Le Discours de l'Altérité*, Paris, P.U.F., 1983, p. 13.
- 33 *P.M.*, p. 12.
- 34 KIRSCHER G., *P.E.W.*, p. 389.
- 35 *P.M.*, p. 220.

